



PODER EXECUTIVO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO E TURISMO**



**RELATÓRIO FINAL DA II CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAULO BENTO
ANO-2021**

PAULO BENTO, DEZEMBRO DE 2021.

1. INTRODUÇÃO

No dia 1º de dezembro do ano de 2021, foi realizada a II Conferência Municipal de Educação do município de Paulo Bento/RS. A Conferência aconteceu de forma presencial, e teve como local o Auditório da Câmara Municipal de Vereadores. A organização da Conferência, foi promovida de forma conjunta com o Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

O Conselho Municipal da Educação e Secretaria de Educação, atuaram de forma a mobilizar a Comunidade para a participação da Conferência. Para isso foram realizadas a partir de agosto de 2021, várias reuniões onde a pauta foi à temática, organização e participação social na Conferência.

Participaram da Conferência, Prefeito Municipal, Vice Prefeito, Presidente do Poder Legislativo, Secretários Municipais, Professores, Diretores das Escolas Municipais e Estadual, funcionários das escolas, representantes de Pais, Conselhos Escolares, Conselhos de Pais e Mestres, Conselheiros da Educação, Membros do Fórum Municipal de Educação, Conselho Tutelar, representante do Banco CRESOL e comunidade em geral.

A forma como foi procedido com os trabalhos da Conferência obedeceu aos seguintes aspectos: primeiramente o Prefeito Municipal Gabriel Jevinski fez o seu pronunciamento e procedeu com a abertura da Conferência. Em seguida foi lido o Regimento Interno da Conferência e após espaço para eventuais questionamentos sobre o referido, aprovado pelos conferencistas. Em seguida o Presidente do Conselho Municipal da Educação Daniel Marin, apresentou a temática da Conferência,

elencando as questões pertinentes ao conteúdo dos eixos temáticos a serem estudados e discorreu também sobre o relatório do encontro.

Dando seguimento foi apresentado o Plano Municipal de Educação - PME, aprovado pela Lei Municipal nº 1755/2018. E as suas 20 metas, com indicadores oficiais e levantamentos atualizados locais. A apresentação foi realizada pela Assessora de Educação da Secretaria a Sr^a. Teresinha M. Poletti. Na avaliação foi possível verificar qual Meta já foi alcançada pelo município, as que ainda não foram alcançadas e as possibilidades de alcançá-las.

Após a avaliação das 20 metas com a apresentação dos indicadores, iniciou-se o segundo momento onde os participantes foram organizados em pequenos grupos para realizarem a leitura dos Eixos e elencarem as demandas necessárias para a educação do município de Paulo Bento.

Ao final um representante de cada grupo fez sua apresentação dos Eixos com base na análise do Documento Referência CONAE 2022, que foram realizados registrados para posteriores contribuições para a elaboração ou reformulação do próximo Plano Municipal de Educação 2024/2034.

2. RESUMO CONFERÊNCIA MUNICIPAL

2.1 ESTUDO DOS EIXOS TEMÁTICOS DOCUMENTO REFERÊNCIA CONAE 2022

EIXO 1. O PNE 2024 – 2034: avaliação das diretrizes e metas

O tema do primeiro Eixo é sobre o **Plano Nacional de Educação 2024-2034: Avaliação das Diretrizes e Metas**, que trata da evolução das Políticas Educacionais do PNE 2014/2024, que ainda está vigente, porém com algumas Metas que ainda não foram alcançadas algumas e que provavelmente não serão até o final da vigência do PNE 2014/2024, principalmente no que se refere aos investimento por parte do governo federal. Destacamos que alguns programas considerados importantes, vieram para auxiliar a educação nos municípios e estados mas que não tiveram continuidade por falta de recursos, causando um atraso na continuidade das políticas públicas na educação do país

Na construção ou reformulação do novo Plano Nacional de Educação 2024/2034, destacamos que este plano deve ser entendido como uma política de Estado e não de Governo.

A qualidade da Educação perpassa por temas diferentes, a serem discutidos em vários momentos abordando os demais eixos e sub-eixos propostos para a conferência. Este fato reforçará a interdisciplinaridade da conferência, pois o trabalho a ser desenvolvido, especificamente, requer um estudo profundo acerca da regulação destas políticas educacionais, que contêm, por exemplo, itens ligados à localização e estrutura física dos espaços para as práticas do ensino; aos recursos humanos, em nível administrativo e de docência; às condições de trabalho, incluindo as questões da saúde e salarial dos profissionais envolvidos, e de atendimento dos alunos e respectivas famílias; aos recursos materiais e tecnológicos necessários a serem disponibilizados.

No sub-eixo III onde trata da valorização dos profissionais da Educação em particular dos professores deve-se assegurar o pagamento do piso salarial nacional, sobretudo deve-se constituir numa premissa das diferentes instâncias de governo.

As sugestões elencadas pelos participantes, referente ao **Eixo II** desta conferência são:

- atualização do Planos de Carreiras, onde a valorização do magistério seja contínua e cumpra-se a legislação vigente;
- democratização do acesso, permanência e aprendizagem nos espaços escolares, onde a idéia de equidade está vinculada a cidadania e igualdade de direitos, tendo em vista a redução das desigualdades de aprendizagem;
- prever dentro da construção do PNE 2024-2034 políticas intersetoriais de desenvolvimento e educação; priorizando às áreas da cultura, ciência, trabalho, meio ambiente, saúde, tecnologia e inovação;
- educação integral em regime de colaboração, bem como na divisão de responsabilidades entre instituições e família;
- avaliação e monitoramento semestral no PNE 2024-2034, pontuando os aspectos positivos e negativos pertinentes às metas e estratégias.

EIXO 2. Uma escola para o futuro: tecnologia e conectividade a serviço da educação

Com relação a o Tema do Eixo II, **Uma Escola para o Futuro: Tecnologia e Conectividade a Serviço da Educação**, nos deixa claro em que as escolas passaram por uma experiência desagradável onde em pouco tempo os professores tiveram que se reinventar, sendo que no período da pandemia o uso das tecnologias foram de suma importância para fazer parte dos currículos e métodos educacionais e inovadores do ensino.

Urde reimaginar a escola hoje e estabelecer imediatamente os caminhos de sua mudança, para construir um futuro também específico e coletivamente elaborado, que tenha como fundamentos a justiça social e o bem comum.

Os modelos educacionais tradicionais refletem a sociedade, o mundo do trabalho e a tecnologia existente em determinado tempo – papel, livros, lápis, carteiras e quadros-negros. Não era economicamente viável ter um professor para cada estudante, disponibilizar uma biblioteca em cada casa ou um material didático exclusivo para cada aluno.

Vive-se, hoje, na Sociedade da Informação, conceito que ressalta um novo paradigma técnico-econômico que tem como base não mais a transformação proporcionada pela disseminação do acesso à energia elétrica ou da máquina a vapor, que marcaram a Sociedade Industrial, mas a centralidade da informação, cujo volume de produção, armazenamento, velocidade de disseminação e impactos na automação de processos produtivos propiciados pelos avanços tecnológicos afetam, inclusive, a forma como as pessoas aprendem.

Em tempos de convergência digital, as pessoas aprendem, de formas diferentes, a onipresença das telas no cotidiano; e a atenção crescente dada aos conteúdos e interações, que as mesmas proporcionam, mudam a maneira como o cérebro percebe e processa a informação.

Nesse contexto, é plausível imaginar que o advento da internet, das redes sociais, dos games e as mudanças na indústria do entretenimento, geradas pela convergência digital, impactem o aprender, tanto com efeitos positivos quanto negativos.

As sugestões elencadas pelos participantes, referente ao **Eixo II** desta conferência são:

- formação para os professores, desenvolverem suas competências digitais;
- criação de plataformas digitais para maior interação com os estudantes;
- promover campanhas de conscientização para o uso responsável e qualitativo da internet;

- disponibilização de materiais e equipamentos tecnológicos nas escolas como: quadro tátil interativo, lousa interativa, etc, para a utilização pedagógica.

EIXO 3. Criação do SNE: avaliação da legislação inerente e do modelo em construção

Importância da instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE)

O SNE é mecanismo importante na arquitetura educacional de uma Federação, pois estabelece a forma e os caminhos por meio dos quais será possível integrar, articular e organizar a Educação nacional, a partir de entes autônomos, que compartilham diferentes responsabilidades e recursos financeiros e de pessoal bastante distintos. Há uma série de países que utilizam esse modelo, dentre os quais podemos citar Alemanha, Austrália, Estados Unidos e México.

Estabeleça-se no País uma estrutura que dinamize os sistemas já existentes, nos âmbitos estadual e municipal, e que realize a costura institucional necessária para que os entes federados não somente cooperem entre si, mas efetivamente colaborem e atuem de forma sinérgica, em direção à inclusão, à equidade e à qualidade do ensino oferecido para todos os estudantes brasileiros.

É a consagração da visão sistêmica, da visão do todo, onde todos os parceiros se articulam horizontalmente, isto é, não há hierarquia, de forma a efetivar pedagogicamente o princípio da continuidade no processo ensino aprendizagem, desde a educação infantil até o ensino superior.

O princípio basilar para a implementação bem-sucedida do SNE é o da gestão democrática da escola pública.

O SNE deve estar estruturado a partir de parâmetros consistentes de aferição da qualidade da oferta e do alcance da implementação de programas, projetos e ações, incluindo aspectos como infraestrutura, gestão escolar, perfil

dos estudantes e dos profissionais da Educação e aprendizagem dos alunos (e da própria instituição).

As sugestões elencadas pelos participantes, referente ao **Eixo III** desta conferência são:

- Dinamizar os Sistemas de Ensino (Municipal e Estadual);
- Descentralização e autonomia para os Sistemas de Ensino (Municipal e Estadual), para condução das políticas educacionais;
- Fortalecimentos dos Conselhos Municipais de Educação;
- Conectividade maior e mais fortalecida entre a Rede Estadual de Educação e Sistemas Municipais de Ensino;